

JOSÉ HENRIQUE ROSA

BOLSA FAMÍLIA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Lorena Vieira Costa Lelis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

R788b
2024 Rosa, José Henrique, 1998-
Bolsa Família e acesso ao ensino superior no Brasil / José
Henrique Rosa. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (42 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Lorena Vieira Costa Lelis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2024.

Referências bibliográficas: f. 37-40.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.334>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Ensino superior -
Ingresso - Aspectos econômicos - Brasil. 3. Probabilidades.
I. Lelis, Lorena Vieira Costa, 1987-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-Graduação em Economia Aplicada. III. Título.

CDD 22. ed. 353.53320981


JOSÉ HENRIQUE ROSA

BOLSA FAMÍLIA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 JOSE HENRIQUE ROSA
Data: 19/07/2024 11:21:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Henrique Rosa
Autor

Documento assinado digitalmente
 LORENA VIEIRA COSTA LELIS
Data: 19/07/2024 12:07:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lorena Vieira Costa Lelis
Orientador

Para toda a humanidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus pela saúde, inteligência e a determinação dos últimos anos, que foram essenciais para a conclusão do mestrado.

Agradeço aos meus pais Celestina e João Batista, por todo o apoio durante a minha vida, sempre me estimulando a estudar e buscar um futuro melhor para mim. Meus pais são os exemplos de seres humanos que me inspiram, pois mesmo com poucos anos de estudo nunca deixaram faltar nada que eu precisasse, e me ensinaram desde muito novo sobre o valor do dinheiro e a honestidade.

Agradeço à minha irmã Maria Angélica, por todo apoio nos momentos de dificuldade e pela atenção com nossa família. Ao meu sobrinho João Lucas, pelas alegrias do dia a dia. E ao meu cunhado Alfredo, pela disposição em nos dirigir para onde era preciso.

Agradeço à minha namorada Tainara, por todo o companheirismo dos últimos 6 anos. Uma mulher que tenho enorme admiração pelo esforço, dedicação e pelo cuidado comigo em todos os momentos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de me formar em Ciências Econômicas e por realizar a pós-graduação em Economia Aplicada. A todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural pelo empenho e a atenção. Aos meus colegas de mestrado Allan, Angelo, Felipe Nathan, Mateus e Pietro, pela companhia e pelas colaborações ao longo dessa jornada.

À minha orientadora, Lorena, por todo o apoio e atenção ao longo da elaboração da dissertação. Sou muito grato por todas as orientações que nos ajudaram a construir um trabalho de qualidade, e por todo conhecimento adquirido em sala de aula.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de estudos.

“O universo tem um plano, crianças. E esse plano está sempre acontecendo. Uma borboleta bate as asas e começa a chover. É um pensamento assustador, mas é também maravilhoso. Todas essas pequenas peças da máquina funcionando constantemente. Trabalhando para que você acabe exatamente onde deveria estar. No lugar certo. Na hora certa.”

(Ted Mosby – How I Met Your Mother)

RESUMO

ROSA, José Henrique, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2024. **Bolsa Família e acesso ao ensino superior no Brasil**. Orientador: Lorena Vieira Costa Lelis.

A massificação do acesso à educação superior é um fenômeno recente que vem ocorrendo no Brasil e no mundo. Apesar do aumento do número das vagas nas instituições de ensino, não se tem observado a democratização do acesso, visto que os grupos menos favorecidos historicamente, ou seja, pretos, pardos e indígenas e aqueles pertencentes a classes sociais mais baixas, continuam enfrentando maiores obstáculos para o ingresso. O Programa Bolsa Família, ao fornecer um rendimento adicional e melhorias nas áreas de saúde e educação, poderia ser uma alternativa para enfrentar esses obstáculos. Neste sentido, este trabalho busca responder se os efeitos associados as condicionalidades do programa e ao incentivo financeiro permitem elevar o ingresso de jovens de 18 a 21 anos ao ensino superior. A maior parte dos estudos que analisam o benefício voltam-se para a educação de base e pouco se estuda seus efeitos ao longo prazo, em decorrência da melhoria imediata dos indicadores educacionais. Para a estimação, foi utilizado o Modelo de Probabilidade Linear, a partir de dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, entre 2017 e 2019. Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se a não significância da variável de recebimento do benefício no domicílio sobre o acesso ao ensino superior, o que sugere que os efeitos das condicionalidades do programa são capazes de produzirem efeitos no curto prazo, como o aumento da frequência escolar e a redução da evasão e do trabalho infantil para crianças e adolescentes, mas que não são capazes de impactar no acúmulo de capital humano, ou seja, nas habilidades e conhecimentos adquiridos durante a educação básica, que no futuro poderiam melhorar o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, elevar as chances de acesso ao ensino superior. Outra explicação, está associada ao baixo valor do benefício recebido pelos domicílios inscritos no programa, o qual pode ser insuficiente para alterar os custos de oportunidade dos jovens, fazendo com que outras atividades remuneradas, a exemplo do trabalho informal, sejam mais atrativas em comparação ao ensino. Como resultados complementares, verificou-se que mulheres e jovens habitantes da zona urbana ingressam mais ao ensino superior. Junto a isso, quanto maior a instrução do chefe do domicílio, maiores são as perspectivas futuras dos jovens.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Ensino superior; Modelo de probabilidade linear.

ABSTRACT

ROSA, José Henrique, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2024. **Bolsa Família and access to higher education in Brazil**. Adviser: Lorena Vieira Costa Lelis.

The massification of access to higher education is a recent phenomenon occurring in Brazil and worldwide. Despite the increase in the number of spots in educational institutions, democratization of access has not been observed, as historically disadvantaged groups, namely blacks, browns, and indigenous people, as well as those belonging to lower social classes, continue to face greater obstacles for enrollment. The Programa Bolsa Família, by providing additional income and improvements in health and education, could be an alternative to tackle these obstacles. In this sense, this study aims to answer whether the effects associated with the program's conditionalities and financial incentives allow for an increase in enrollment of 18 to 21-year-old youths in higher education. Most studies analyzing the benefit focus on basic education, with little examination of its long-term effects, due to the immediate improvement in educational indicators. For estimation, the Linear Probability Model was used, based on data extracted from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, between 2017 and 2019. Among the main results obtained, the lack of significance of the household benefit receipt variable on access to higher education stands out, suggesting that the effects of the program's conditionalities can produce short-term effects, such as increased school attendance and reduced dropout rates and child labor for children and adolescents, but they are unable to impact the accumulation of human capital, i.e., the skills and knowledge acquired during basic education, which could improve students' performance in the future and, consequently, increase their chances of accessing higher education. Another explanation is associated with the low value of the benefit received by households enrolled in the program, which may be insufficient to change young people's opportunity costs, making other paid activities, such as informal work, more attractive compared to education. As complementary results, it was found that women and young people living in urban areas are more likely to enroll in higher education. Additionally, the higher the education level of the head of the household, the greater the future prospects for young people.

Keywords: Programa Bolsa Família; Higher education; Linear probability model.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Considerações iniciais.....	9
1.2. Problema e sua importância.....	14
1.3. Hipótese.....	17
1.4. Objetivos.....	17
1.4.1. Objetivo geral.....	17
1.4.2. Objetivos específicos.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Modelo de Capital Humano.....	18
2.2. Modelo de Desenvolvimento Humano.....	19
3. METODOLOGIA.....	20
3.1. Estratégia de identificação.....	20
3.2. Modelo econométrico.....	22
3.3. Fonte dos dados.....	25
4. RESULTADOS.....	26
4.1. Caracterização da amostra: o perfil dos jovens brasileiros entre 2017 e 2019.....	26
4.2. Os efeitos associados ao Programa Bolsa Família.....	31
5. CONCLUSÕES.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A – Testes de robustez.....	41

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

Ao longo dos séculos, a educação sofreu inúmeras transformações no Brasil partindo de um mecanismo para a manutenção do poder das classes dominantes durante o período colonial e imperial, para uma ferramenta de ascensão social e melhoria da qualidade de vida dos grupos menos favorecidos ao longo dos anos (FLORES, 2017). Na educação de base¹ houve consideráveis resultados, como a redução das taxas de analfabetismo e de trabalho infantil, além do aumento dos anos médios de estudo nas últimas décadas (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2008; FAHEL; MORAIS; FRANÇA, 2020). O ensino superior, no entanto, foi aquele que mais sofreu mudanças desde os anos 1960.

Os movimentos de massificação e democratização do saber são relativamente recentes, apesar da longevidade das instituições de ensino superior no Brasil, sendo que os primeiros programas de assistência estudantil (crédito estudantil) foram estabelecidos na década de 1970, e receberam destaque apenas em 1999 com a implementação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Além do financiamento estudantil, outro ponto de destaque em relação ao ensino superior é o aumento da oferta de vagas após a década de 1960. Neste aspecto, é importante mencionar o papel do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, como uma medida para ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, além da expansão dos cursos noturnos e a flexibilização curricular (diversidade disciplinar para se adequar aos perfis estudantis). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), em 1964 o percentual da população matriculada no ensino superior era de 0,17%. Em 2004, o percentual de matriculados foi de 2,25% e mais recentemente, em 2021, este valor subiu para 4,19%².

Dentre as razões para a elevação do acesso ao ensino superior, é válido mencionar o alongamento do período da juventude³, a nova organização social, a redução do número de filhos por família e a melhoria nos padrões nutricionais e de saúde (ERIKSON; JONSSON, 1996; SCHWARTZMAN, 2005; PRATES, 2005; BREEN *et al.*, 2009). Junto a isso, é importante ressaltar a importância do ensino superior privado para a elevação do número de

¹ Entende-se por educação de base os níveis de escolaridade correspondentes à pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

² Valores obtidos pela divisão do número absoluto de matrículas no ensino superior, pela população do ano vigente.

³ A partir das transformações sociais, os indivíduos passaram a se casar e terem filhos mais tarde, adiaram a entrada ao mercado de trabalho e ampliaram os anos de estudo.

ingressantes. Segundo o INEP (2021), 88% das vagas destinadas aos cursos de graduação presenciais pertenciam às instituições privadas. O percentual é ainda maior para os cursos à distância, com 99,8% das vagas⁴. Em relação às taxas de matrícula, em 2021, 76,9% das mesmas eram realizadas na rede privada.

Além da oferta de vagas, também é necessário destacar o lento crescimento da demanda. De acordo com o INEP (2021), entre 2010 e 2021, o percentual de concluintes do ensino médio cresceu 15%, totalizando aproximadamente 2.073.000 estudantes no último ano. Este valor mostra-se baixo quando comparado às mais de 22 milhões de vagas ofertadas nos cursos de graduação do ensino superior (presencial e à distância). O baixo percentual da demanda pelo ensino superior pode acarretar em alguns problemas tanto para o indivíduo, quanto para as instituições de ensino. Com a baixa procura, as instituições podem enfrentar ociosidade nas vagas e, conseqüentemente, problemas financeiros e desincentivos por parte dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa. Já a nível individual, a baixa demanda pode indicar a dificuldade de acesso de grupos menos favorecidos.

Ao explorar a dinâmica do acesso ao ensino superior, Andrade (2012) aponta que, apenas 19% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, em 2009, acessaram o ensino superior em 2009. De maneira semelhante, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 78,8% dos jovens brancos nesta faixa etária cursavam ou concluíam a sua graduação no ensino superior, enquanto o percentual para jovens negros era de apenas 55,6%. Além disso, segundo o Mapa do Ensino Superior, no ano de 2020, cerca de 10,5% dos jovens de 18 a 24 anos da Classe E (até meio salário mínimo) ingressavam ao ensino superior, porém este grupo corresponde a 44,9% da população nacional nesta faixa etária. Em contrapartida, os jovens da classe A (mais de oito salários mínimos) correspondem a 0,4% do contingente dessa faixa etária, porém apresentam o percentual de acesso ao ensino superior equivalentes a 61,9% (CAPELATO, 2020).

Junto às questões de etnia e a renda, observa-se uma predominância do acesso feminino ao ensino superior. Segundo o Mapa do Ensino Superior, em 2020, 57% das matrículas eram efetuadas por mulheres. Porém, verifica-se também uma concentração das matrículas em determinados grupos de cursos, a exemplo de Pedagogia (92,5%), Serviço Social (89,9%) e Nutrição (84,1%). Para os homens, observa-se a concentração das matrículas em engenharias e cursos das áreas de exatas, como Engenharia Mecânica (89,8%), Sistemas de Informação (86,2%) e Engenharia Civil (69,7%) (CAPELATO, 2020). Estes resultados podem

⁴ É importante destacar que entre 2019 e 2021 o número de matriculados cresceu quase 61%, o que muito se deve a pandemia do *COVID-19*.

ser explicados pelas preferências individuais, mas também pelo histórico papel social designado aos sexos na sociedade.

Apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, de acordo com Almeida *et al.* (2012), Mello Neto *et al.* (2014) e Travitzki (2021) a massificação do ensino superior não foi convertida em democratização, pois os grupos menos favorecidos continuaram tendo menos oportunidades de ingresso, como apontado pelos estudos supracitados. Além disso, mesmo com crescimento do acesso ao ensino superior nas últimas décadas no Brasil, este percentual mostrou-se baixo quando comparado aos países desenvolvidos. Segundo o *Digest of Education Statistics* de 2010, Coréia do Sul e os Estados Unidos em 1997 já possuíam 69% e 45%, respectivamente, dos jovens matriculados no ensino superior (SNYDER; DILLOW, 2011).

Além dos indicadores relacionados ao acesso ao ensino superior, também é necessário analisar os fatores prévios relacionados à educação básica. Segundo o IBGE (2019), 71,7% da evasão escolar é realizada por jovens negros na faixa dos 14 aos 29 anos, e este mesmo grupo estuda em média 1,8 anos a menos que os jovens brancos na mesma faixa etária. Tais diferenças refletem à desigualdade de renda e de oportunidades.

Em virtude da falta de democratização das oportunidades, inúmeras foram as tentativas de tornar o acesso ao ensino superior mais acessível para os diversos grupos sociais. Dentre elas, cita-se a unificação dos vestibulares seriados em uma única prova, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), unificado em 2009. Segundo Travitzki (2021), a substituição dos vestibulares pelo ENEM resultou em uma elevação do número de ingressantes ao ensino superior, o que está associado ao maior interesse e as maiores oportunidades dos jovens. O ENEM permitiu a redução dos custos de realização dos exames, visto que o custo unitário do exame possui abrangência nacional, além dos menores dispêndios logísticos, uma vez que o exame é realizado em diversas cidades do país. Porém, apesar do crescimento dos ingressantes, foi observado que os grupos menos favorecidos continuavam enfrentando maiores dificuldades ao acesso e de permanência nas instituições de ensino superior.

Além disso, foram introduzidos programas de concessão de bolsas de ensino, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004. Junto a isso, destaca-se as políticas afirmativas de cotas, promulgadas em 2012. Estas foram de suma importância para a inclusão de grupos historicamente desprivilegiados em relação ao ensino: pretos, pardos e indígenas. De acordo com dados do IBGE (2019), a população preta e parda compôs a maioria dos estudantes das universidades federais em 2018, com aproximadamente 50,3% dos matriculados. Em relação ao desempenho destes grupos, Arrigoni *et al.* (2022) concluíram a partir de um modelo de Análise de Variância (ANOVA), que não houve diferença no

desempenho acadêmico de ingressantes advindos das ações afirmativas em relação aos demais estudantes. Portanto, a garantia de vagas nas instituições de ensino superior tem se mostrando como uma boa alternativa para a inclusão dos grupos mais vulneráveis.

Por fim, deve-se mencionar o papel indireto dos programas de transferência condicionada de renda. Neste aspecto, cabe destacar a importância do Programa Bolsa Família (PBF) como mecanismo de redução das desigualdades e melhoria na qualidade de vida. O programa é de suma importância para a educação de base, por meio dos incentivos para a elevação das taxas de frequência escolar e redução da evasão de crianças e adolescentes. Neste trabalho, assume-se a possibilidade de que o PBF, ao permitir o acúmulo de capital humano desses grupos, e melhorar o nível de renda das famílias, também eleve a possibilidade de acesso ao ensino superior.

O PBF foi oficialmente criado em outubro de 2003 e, instituído pela Lei nº 10.836⁵, de 9 de janeiro de 2004, como um programa de transferência de renda condicionada com o objetivo de beneficiar grupos sociais que se encontravam em estado de pobreza ou extrema pobreza (BRASIL, 2004). O programa foi criado com três eixos centrais de atuação: o primeiro focado na transferência de renda para o alívio imediato da situação de pobreza; o segundo voltado para as condicionalidades, ou seja, garantir o acesso a serviços básicos como educação, saúde e assistência social; e o terceiro focado nos programas complementares, de modo a desenvolver a situação familiar ao ponto de que as famílias possam superar suas vulnerabilidades.

O programa atendia cerca de 3,6 milhões de famílias em 2003, e em 2015 ampliou o atendimento para 13,7 milhões, seguindo um conjunto de condicionalidades (ARRAIS, 2016).⁶ Dentre suas contribuições para o país, o PBF se destaca pela redução da extrema pobreza de 12% para 4,8% entre os anos de 2003 e 2008 (IPEA, 2010). Atualmente, em 2023, o programa beneficia cerca de 21,2 milhões de famílias com um auxílio básico mensal de R\$ 600,00 reais por família⁷. As condicionalidades continuam as mesmas do início do projeto: deve ser comprovada a frequência escolar dos filhos, manter atualizadas as cadernetas de vacinação da família, gestantes devem realizar o acompanhamento pré-natal, e crianças de até 6 anos devem fazer acompanhamento nutricional.

⁵ O PBF emergiu como uma unificação de outros programas sociais de transferência de renda, sendo eles: Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (JULIÃO; CHEIN, 2015).

⁶ O PBF vigorou no país entre os anos de 2003 e 2021, sendo posteriormente substituído pelo Auxílio Brasil. Já em 2023, o PBF volta a ser o principal programa nacional de transferência de renda.

⁷ De acordo com a Medida Provisória 1164/23, é acrescido ao benefício básico R\$ 150,00 para cada criança de 0 a 6 anos, R\$ 50,00 reais por dependente de 7 a 18 anos e R\$ 50,00 para cada gestante (BRASIL, 2023).

Em termos dos impactos do PBF sobre a escolaridade dos beneficiários, evidências apresentadas por Fabel, Morais e França (2020) mostraram que o recebimento do benefício aumentou a taxa de matrícula da educação básica entre 2,1% e 2,6% para os recebedores do auxílio, em comparação com os não beneficiados para a população com idade entre 6 e 17 anos do estado de Minas Gerais, em 2009. Resultados semelhantes foram apresentados pelo INEP (2011), em que a nível nacional, a matrícula dos beneficiados pelo PBF se elevou entre 1,8 e 4 pontos percentuais (p.p.). Em relação a frequência escolar, de acordo com uma pesquisa realizada pelo INEP e MEC (2011), o PBF elevou este indicador em 3 p.p., para os jovens de 6 a 16 anos.

De maneira semelhante, Oliveira e Soares (2013) analisaram os efeitos do PBF sobre a repetência dos beneficiários na educação básica. Os autores a partir de um modelo *Probit* concluíram que, aqueles que recebiam o benefício possuíam aproximadamente 11% a menos de chances de reprovação. Além disso, aqueles que cumpriam as condicionalidades do programa eram cerca de 40% menos prováveis de serem reprovados.

Trabalhos internacionais, como De Brauw *et al.* (2015) também avaliaram os impactos do PBF sobre a escolaridade dos beneficiários. Por meio de um *Propensity Score Matching*, os autores concluíram que o programa eleva a participação escolar de meninas em 8,2 p.p., mas não foi verificado um impacto sobre a participação de meninos. Além disso, foi observada uma elevação na progressão escolar de meninas de 15-17 anos na zona rural (22,5 p.p.) e na zona urbana (18 p.p.), mas novamente não se verificou significância do impacto para os meninos. Dentre as causas para a diferenciação dos efeitos entre os sexos, os autores arguem sobre as atividades desenvolvidas por eles, enquanto as garotas dispõem parte do tempo com atividades domésticas dentro de casa, os garotos geralmente participam de atividades braçais fora do domicílio, sendo essa mais difícil de conciliar o tempo com o ensino.

Apesar dos trabalhos citados apresentarem informações sobre os efeitos do PBF sobre a educação básica, estes resultados são de grande relevância para este estudo. Ao promoverem efeitos no curto prazo, como a elevação da frequência escolar e a redução da reprovação, o benefício por meio de suas condicionalidades pode estar promovendo ganhos de capital humano aos beneficiários. Então, os estudantes da educação básica podem adquirir habilidades e conhecimentos que no futuro tendem a serem convertidos em melhores oportunidades, como uma melhor qualificação para o mercado de trabalho e vantagens para acessarem o ensino superior. Em relação ao último, ao estarem presentes no ambiente escolar, os jovens tendem a valorizar mais a importância do ensino, assim como seus familiares, de modo que o interesse em prosseguir com os estudos após a conclusão da educação básica tende

a crescer. Além disso, com uma qualificação prévia mais sólida os jovens tendem a desempenhar melhor nos exames de seleção, o que por sua vez elevaria suas possibilidades de ingresso ao ensino superior.

1.2. Problema e sua importância

O PBF, apresenta-se como uma importante ferramenta para a redução das desigualdades no curto prazo. O incremento de renda torna possível elevar o bem-estar dos jovens, através da melhoria do estado nutricional e do atendimento das necessidades básicas. Além disso, através das condicionalidades impostas pelo benefício, como a frequência mínima obrigatória, o PBF pode trazer benefícios no longo prazo, dado o ganho de capital humano e as experiências sociais do ambiente estudantil. Dessa forma, este trabalho busca responder à questão: o PBF permite elevar a chance de ingresso⁸ de jovens de 18 a 21, classificados como filhos, anos ao ensino superior no Brasil?

Almeida *et al.* (2012) analisaram as oportunidades de acesso ao ensino superior dos estudantes brasileiros, realizando um apanhado histórico das transformações educacionais ocorridas no país, ao mesmo tempo que compararam o acesso à educação no país com os jovens da mesma faixa etária em Portugal. Eles evidenciaram que em ambos os países houve a massificação do ensino, mas que não foi acompanhada pela democratização do acesso.

A literatura tem buscado identificar quais são os fatores que se associam às chances de acesso ao ensino superior, embora poucos trabalhos tenham evidenciado o papel das transferências condicionadas de renda. Em geral, consideram-se variáveis como: escolaridade e ocupação dos pais, condições do domicílio, sexo, etnia, renda familiar e região geográfica (MONT'ALVÃO NETO, 2014; CARVALHO; WALTENBERG, 2015; SALATA, 2018). Segundo Mont'alvão Neto (2014), as mulheres apresentaram maiores chances de ingresso comparadas aos homens, os autodeclarados pretos possuíam desvantagens em relação aos demais grupos étnicos e a escolaridade dos pais afetava positivamente o ingresso dos filhos entre 1982 e 2010. De maneira análoga, Carvalho e Waltenberg (2015) concluíram que a disponibilidade do acesso ao ensino superior se elevou em 3,1 p.p. e a desigualdade no acesso se reduziu em 4,7 p.p., entre 2003 e 2013. Por fim, Salata (2018) analisou o período entre 1995 e 2015 e concluiu que a idade do indivíduo afeta positivamente o acesso, e as mulheres e os

⁸ Neste trabalho utilizam-se os termos “ingresso” ou “acesso” ao ensino superior para designar os jovens de 18 a 21 anos que estão cursando o ensino superior no momento da pesquisa realizada.

brancos possuíam vantagens no ingresso comparados aos homens, e pretos, respectivamente. Por mais que tragam contribuições a literatura, o efeito específico do PBF, no entanto, não tem sido considerado.

A relação entre o ingresso ao ensino superior e o nível socioeconômico também foi verificada na literatura e fornece importantes contribuições para este estudo. Carvalhaes, Senkevics e Costa Ribeiro (2022) analisaram a influência do rendimento familiar *per capita* sobre o ingresso ao ensino superior e concluíram que todos os estratos de renda superiores possuíam maior probabilidade de acesso comparados ao estrato mais baixo. Os autores verificaram que as diferenças estavam entre 15% (segundo estrato mais pobre) e 46% (estrato mais rico). Ao realizarem interações com grupo étnicos, a exemplo de pretos, pardos e indígenas, o efeito da renda se tornou ainda maior, apresentando diferenças de 15% a 50%, entre o segundo estrato mais pobre e o mais rico, respectivamente.

No que se refere à importância do PBF no acesso ao ensino superior, estudos como os de Reis, Barbosa e Júnior (2018) buscaram analisar as perspectivas dos beneficiários do programa em relação ao acesso. Os autores concluíram que o PBF se mostrou importante na vida dos jovens, visto que o incremento de renda permitiu a permanência no ensino médio e, conseqüentemente, ampliou suas perspectivas futuras. Semelhantemente, Francisco *et al.* (2021) avaliaram as expectativas dos estudantes de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), advindos de famílias receptoras do benefício social e a importância do auxílio para o ingresso ao ensino superior. Eles concluíram que o PBF contribuiu para a redução da evasão escolar e a permanência dos jovens na universidade, dado que o incremento de renda garantiu a compra de alimentos e o material escolar. De modo qualitativo, estes estudos trazem importantes informações sobre a percepção dos indivíduos sobre seu passado e sobre sua situação atual, embora não se trate de avaliações de impactos causais.

Diante disso, de modo específico, este trabalho buscou verificar se o PBF permitiu elevar as chances de ingresso de jovens de 18 a 21 anos ao ensino superior no Brasil, no período de 2017 a 2019, por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). O artigo visa preencher algumas das lacunas encontradas na literatura, dado que a maior parte dos trabalhos publicados é voltada para analisar os impactos do PBF na educação de base, em virtude da eminente urgência da melhoria dos indicadores educacionais. Logo, pouco se discute sobre seus efeitos no longo prazo para os beneficiários de idade superior a 18 anos. Após cerca de 20 anos do lançamento do Programa Bolsa Família, é de se esperar que esses efeitos de longo prazo possam se manifestar. Além disso, busca-se contribuir com a

literatura ao explorar o efeito do programa sobre as oportunidades de acesso entre os diferentes sexos, etnias e composição familiar.

A hipótese que permeia a busca pelo efeito do PBF sobre o acesso ao ensino superior é a de que as crianças, adolescentes e jovens beneficiários, ao cumprirem as exigências impostas pelo PBF para continuarem recebendo o auxílio, possuam maiores oportunidades de se manterem nas escolas. A maior participação em um ambiente social como as instituições de ensino, permite aos jovens adquirirem experiências sociais e acumularem conhecimento, que no futuro podem ampliar suas perspectivas (USHER, 1997). Além disso, o PBF pode impactar também no conhecimento de mundo da família, visto que o recebimento do auxílio pode elevar a percepção dos responsáveis quanto à importância de se manter as crianças e adolescentes nas escolas. Ao adquirirem maior consciência sobre a importância do ensino, o ambiente familiar pode se tornar mais acolhedor para os jovens estudarem, e como visto anteriormente, as condições que envolvem o indivíduo possuem influência sobre suas oportunidades.

Assim, a ideia por trás da análise do recebimento do PBF sobre o ingresso ao ensino superior se baseia no incremento financeiro fornecido pelo benefício, e pelas condicionalidades do programa. Em relação ao montante recebido pelos beneficiários, este é importante pois permite o alívio imediato da situação de pobreza, uma vez que os recebedores podem melhorar seu estado nutricional e ao adquirem bens essenciais podem elevar seu bem-estar. Em relação à educação, o incremento de renda fornecido pelo PBF permite a compra de materiais escolares e a manutenção dos jovens nas escolas. Já em relação as condicionalidades do programa, elas impõem aos indivíduos determinadas obrigações, supõe-se que os atuais recebedores do benefício se mantiveram estudando em anos anteriores, de modo que a maior frequência escolar possa ter sido convertida em ganhos de capital humano⁹. Desta forma, a participação dos jovens nas atividades de ensino pode permitir a quebra do ciclo da pobreza geracional e a redução das desigualdades das gerações futuras. Entretanto, se reitera que o PBF também pode não provocar efeitos sobre o acesso ao ensino superior, pois seu efeito pode se aplicar apenas sobre a frequência escolar das crianças e adolescentes, e não na educação no longo prazo. Isso também pode estar relacionado a entrada dos jovens no mercado de trabalho, pois a dupla rotina pode prejudicar os ganhos de capital humano.

Este estudo dedica-se a trazer novas informações sobre o ingresso ao ensino superior, por meio da análise do efeito das políticas de transferências de renda, em especial do PBF. Visa-se contribuir com a elaboração de políticas públicas voltadas para o investimento na

⁹ Como a base de dados não permite acompanhar a mesma família ao longo dos anos, é necessário valer-se da suposição de permanência do recebimento do auxílio.

educação, redução da evasão escolar e estímulo a permanência, por meio das condicionalidades do programa, de modo a gerar discussões sobre sua aplicação atual e como melhor adequá-las para ampliar as oportunidades futuras dos jovens. Junto a isso, busca-se promover a redução das disparidades socioeconômicas, por meio da investigação do incremento de renda fornecido pelo programa, de modo a analisar os custos de oportunidades associados ao ensino.

Por fim, busca-se mensurar os impactos a longo prazo do PBF, uma temática ainda pouco explorada na literatura. Dentre os poucos trabalhos de longo prazo relacionados ao PBF, destaca-se o estudo do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS, 2023) em relação ao ingresso de beneficiários do programa no mercado de trabalho formal. Por meio de um estudo longitudinal, foi observado que 44,7% dos beneficiários de 2005 se encontravam ocupados entre 2015 e 2019 no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Em relação aos trabalhos voltados para a investigação do efeito do PBF sobre a educação no longo prazo, dado o levantamento realizado até o presente momento, não foram encontrados artigos que se assemelham a este estudo. Sendo assim, este trabalho se difere dos demais ao abordar o impacto do programa no futuro dos jovens, de modo a estudar o papel dessa política de transferência de renda não apenas para a solução de problemas imediatos, mas sim como uma ferramenta de quebra do ciclo geracional da pobreza.

Por fim, este trabalho está organizado da seguinte forma: uma breve seção de introdução, composta pelas considerações iniciais, problema de pesquisa, hipótese e objetivos; seguida pelo referencial teórico e a seção metodológica. Na sequência são apresentados os resultados analíticos e econométricos, acompanhados pelas considerações finais.

1.3. Hipótese

Jovens de 18 a 21 anos que pertencem a domicílios recebedores do PBF possuem maior probabilidade, comparados aos seus pares que não recebem o benefício, de estarem matriculados no ensino superior no Brasil.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral

Analisar se os jovens de 18 a 21 anos que pertencem a domicílios recebedores do PBF possuem maiores chances, em comparação aos seus semelhantes não recebedores do auxílio, de acessarem o ensino superior no Brasil entre 2017 e 2019.

1.4.2. Objetivos específicos

Verificar se o efeito do PBF sobre o ingresso ao ensino superior é diferente para jovens do sexo feminino, negros e de lares biparentais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em dois seguimentos, sendo exposto primeiramente a Teoria do Capital Humano, proposta por Becker (1962) e Schultz (1973), e em seguida a discussão sobre o Modelo de Desenvolvimento Humano, de Sen (2000). Visa-se elaborar uma contextualização sobre o papel da educação, em especial do ensino superior, e das condições básicas, como o PBF, sobre as oportunidades futuras dos jovens.

2.1. Modelo de Capital Humano

Segundo Becker (1962), pode-se entender o capital humano como qualquer atividade que dispenda custos iniciais, mas que no futuro seja convertida em aumentos de produtividade. Para Schultz (1973), o investimento em si mesmo permite ampliar as oportunidades futuras, e conseqüentemente, o bem-estar. O capital humano neste modelo teórico é uma função de elementos como a educação, os treinamentos profissionais e a saúde (física e psíquica).

A Teoria do Capital Humano fundamenta-se microeconomicamente em um modelo de maximização da utilidade intertemporal, a partir da tomada de decisão racional. Então, um indivíduo enfrenta o trade-off entre continuar estudando (cursar o ensino superior), em que existem custos iniciais como gastos com a educação e se ausentar do mercado de trabalho, mas que no futuro permite alcançar melhores empregos e salários, ou trabalhar logo após a conclusão do ensino médio que o proverá ganhos imediatos. Esta decisão corresponde a um investimento e é tomada com base nos prováveis retornos e seus custos associados.

Dado o objetivo deste estudo, considera-se apenas o papel da educação sobre o acúmulo de capital humano. Ela pode impactá-lo através de diferentes canais, como os conhecimentos adquiridos durante o ensino superior. Nesta etapa educacional são obtidos conhecimentos gerais e específicos que auxiliam na formação profissional e, futuramente, permitirão aos jovens exercerem funções mais qualificadas. Além disso, durante o período escolar, os indivíduos desenvolvem habilidades cognitivas, como: resolução de problemas, processos de tomada de decisão, formas de se comunicar, trabalho em equipe, respeito pela diversidade, *etc.* Estas são habilidades essenciais solicitadas pelo mercado de trabalho.

De modo a adequar o modelo à proposta deste estudo, o PBF pode atuar como um mecanismo que permite ganho das habilidades cognitivas para o acúmulo do capital humano. O programa por meio de suas condicionalidades, determina a frequência mínima escolar obrigatória para as crianças e adolescentes, como condição necessária para o recebimento do auxílio. A partir dessa frequência, os indivíduos dispõem mais tempo nas escolas, onde adquirem conhecimentos de diversas áreas e convivem socialmente com outros jovens (trabalho em equipe, comunicação, resolução de conflitos). Somente aqueles que frequentarem as escolas e concluírem a educação básica poderão atingir o ensino superior, através das habilidades adquiridas. Essas experiências sociais permitem ampliar suas oportunidades futuras, através da maior instrução e capacitação, que serão convertidos em ganhos de produtividade individual, como melhores empregos e salários.

2.2. Modelo de Desenvolvimento Humano

Diferente dos demais modelos de desenvolvimento que se concentravam no estudo das riquezas de um país, Sen (2000) introduziu um novo modelo teórico de desenvolvimento, em que o ser humano é o principal objeto de estudo. O autor quebra paradigmas, ao não considerar o aumento da renda e o crescimento produtivo como os fins econômicos, mas sim meios para expandir as possibilidades humanas e, conseqüentemente, elevar o bem-estar social.

Em seu modelo teórico, Sen (2000) apresenta dois conceitos fundamentais, as *Capabilities* (Capacidades) e os *Functionings* (Funcionamentos). O primeiro, pode ser entendido como as condições e habilidades que um indivíduo dispõe para atingir os seus objetivos desejados. Logo, através das Capacidades o ser humano pode atender ao segundo conceito, os Funcionamentos, ou seja, as atividades da vida humana essenciais para seu bem-estar. Dentre elas, estão o atendimento das necessidades básicas, a exemplo da saúde, nutrição,

habitação e educação, e também elementos fundamentais para a vida em sociedade como a participação social e política e o respeito próprio (dignidade).

Neste modelo, a pobreza tem uma interpretação diferente, não sendo considerado o baixo rendimento individual e as faixas de pobreza, mas sim as privações da vida humana, ou seja, os obstáculos presentes na vida de um indivíduo. Essas barreiras o impedem de alcançar suas metas e ampliar sua felicidade (bem-estar). Sendo assim, o incremento das suas Capacidades é o mecanismo para expandir suas oportunidades futuras, sendo a educação um dos canais que torna isso possível. Semelhante a Teoria do Capital Humano apresentada previamente, a educação permite ao indivíduo adquirir conhecimentos gerais e específicos, habilidades cognitivas como o convívio em sociedade e o trabalho em equipe, que futuramente serão convertidos em ganhos para si mesmo. Além dos melhores empregos e salários, de acordo com Sen (2000), a educação neste modelo também fornece ao ser humano dignidade e respeito, pois indivíduos mais instruídos reconhecem os seus direitos de participar mais ativamente na sociedade e se tornam os agentes das mudanças, elevando o bem-estar social.

Entretanto, por conta própria, o indivíduo muitas vezes não é capaz de alterar a sua própria realidade, dada as suas privações, então Sen (2000) defende a participação do Estado e das políticas sociais como elementos essenciais para a melhora do seu bem-estar. Neste sentido, programas sociais como o PBF podem impactar nas Capacidades do ser humano, através de dois canais. O primeiro é por meio do incremento de renda fornecido pelo benefício, que permite auxiliar no atendimento das necessidades básicas, através da melhora no padrão de consumo, que por sua vez eleva o estado nutricional e, conseqüentemente, os investimentos em educação. E o segundo, a partir das condicionalidades exigidas pelo programa, como a vacinação infantil e o acompanhamento pré-natal de gestantes (melhora no estado de saúde) e pela frequência mínima obrigatória de jovens e adolescentes nas escolas. Neste último caso, ao estar presente no ambiente escolar o indivíduo está adquirindo conhecimentos e habilidades, que futuramente permitirão uma maior participação social e melhorias na qualidade de vida, permitindo quebrar o ciclo geracional da pobreza.

3. METODOLOGIA

3.1. Estratégia de identificação

Para avaliar o efeito do PBF, o experimento ideal seria a randomização do programa entre os indivíduos elegíveis. Nesse caso, mantidas todas as demais características individuais

constantes, a única variação entre os indivíduos é o recebimento ou não do benefício. Logo, o efeito causal do auxílio sobre o ingresso ao ensino superior poderia ser identificado por meio da comparação do acesso às instituições de ensino entre participantes e não participantes do programa.

No entanto, o PBF não conta com designação aleatória. Em última instância, o recebimento associa-se a uma série de características observáveis (como critérios de elegibilidade) e não observáveis¹⁰ (como motivação, habilidade e acesso à informação) da população elegível¹¹¹². Dessa forma, os grupos de beneficiários e não beneficiários são fundamentalmente diferentes, o que por sua vez, leva ao viés de seleção.

Este trabalho lida com o viés que decorre das diferenças observáveis entre os beneficiários e parte daquelas que são não observáveis. Utilizam-se *cross-sections* repetidas em um contexto de “pseudo painel”, visto que a base de dados utilizada não permite a construção de um painel genuíno - PNADc. Nessa abordagem, controla-se a heterogeneidade não observada, ou seja, características individuais dos beneficiários que não são capturadas pelas variáveis utilizadas no estudo, que são fixas no tempo, a nível de coorte de nascimento, anos da PNADc e unidades da federação.

Este trabalho, assim, identifica o efeito associado ao PBF, embora reconheça que não se trata do efeito causal do programa. Assim, comparam-se os indivíduos beneficiários do PBF com aqueles elegíveis, mas que não se beneficiavam do programa em cada ano analisado. Portanto, trata-se de uma aproximação ao efeito causal do PBF, que pode fornecer evidências empíricas relevantes para a análise do tema.

Por meio dos microdados disponibilizados pela PNADc, pode-se obter uma amostra aleatória para os indivíduos jovens, na faixa dos 18 aos 21 anos, que sejam classificados como filhos¹³ dos responsáveis pelo domicílio. Apesar da literatura considerar como jovens os indivíduos de 18 aos 24 anos, serão utilizados jovens de 18 a 21 anos para que sejam

¹⁰ Dentre as não observáveis, também é importante mencionar a questão do trabalho informal. Na tentativa de incrementar o rendimento familiar, os indivíduos podem optar por não ingressarem ao mercado formal ou não assinarem sua carteira de trabalho, de modo que o rendimento obtido informalmente não seja computado e, por consequência, se classifiquem como elegíveis ao recebimento do benefício.

¹¹ Deve-se mencionar a possibilidade de erros de medição na variável de renda domiciliar. Como os dados são coletados por meio de um questionário, podem haver erros de computação do nível de renda, assim como pode haver a declaração de valores incorretos pelos entrevistados. Estas situações podem trazer imprecisões a amostra e enviesar os resultados.

¹² A subnotificação de recebedores do PBF também representa um possível erro de medição. Segundo Lara Ibarra e Campante Vale (2023), entre os anos de 2017 e 2019 há uma variação entre 27% e 28% de subcobertura dos beneficiários do PBF.

¹³ São classificados como filhos: filhos do cônjuge do chefe do domicílio (enteados), filhos apenas do chefe do domicílio e filhos do casal chefe do domicílio.

incorporados aqueles com a idade de entrada imediata ao ensino superior. Logo, busca-se incluir apenas aqueles que tenham recém-concluído o ensino médio ou estejam realizando cursos preparatórios para ingressarem ao ensino superior, não considerando aqueles que possivelmente entraram no mercado de trabalho e voltaram a estudar. Além da idade, analisam-se apenas os indivíduos que possuem as condições necessárias para ingressarem ao ensino superior, ou seja, a conclusão do ensino médio. Sendo assim, aqueles que não concluíram a educação de base são descartados da amostra (deste modo, tem-se o efeito do programa sobre aqueles que terminaram o ensino médio). Desta amostra obtêm-se aqueles elegíveis ao programa. Dos elegíveis identificam-se um grupo de tratamento do recebimento do benefício e um grupo de controle. O critério adotado para elegibilidade é determinado pelas condicionalidades de renda impostas para o recebimento¹⁴:

- i) Famílias pobres: renda *per capita* mensal de até R\$ 89,00;
- ii) Famílias extremamente pobres: renda *per capita* mensal de até R\$ 178,00.

Assim, a amostra é formada por dados individuais de jovens de 18 a 21 anos pertencentes a famílias com renda *per capita* de até R\$ 178,00 em cada ano. Os participantes do programa são aqueles que pertenciam a um domicílio que se declarava receptor do PBF em algum dos anos da análise.

3.2. Modelo econométrico

Busca-se explicar as chances de que o jovem de 18 a 21 anos ingresse ao ensino superior. Assim, a variável dependente do estudo é dicotômica: recebe apenas os valores 1 e 0, caso o indivíduo esteja no ensino superior no ano em análise ou não, respectivamente.

Para identificar o efeito associado ao PBF, a equação (1) é especificada e estimada por meio do Modelo de Probabilidade Linear (MPL)¹⁵¹⁶.

¹⁴ Valores referentes ao ano de 2019. A renda domiciliar *per capita* líquida (excluindo os rendimentos fornecidos pelo PBF) foi deflacionada para o último ano da série, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

¹⁵ A estimação pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) é não tendenciosa, apesar da variável dependente ser binária, e por mais que seja um método de estimação simples é importante ressaltar que ele é o melhor estimador linear não viesado. Além das características do método, sua aplicação é simples, não sendo necessário analisar efeitos marginais e elasticidade, o que fornece uma interpretação direta dos resultados, uma vantagem em relação aos métodos *Logit* e *Probit*. Na literatura, Angrist e Evans (1998) corroboraram com a metodologia utilizada, ao analisarem a participação feminina no mercado de trabalho (variável binária), em relação a quantidade de filhos, estimando a regressão através dos MQO e dos Mínimos Quadrados em dois Estágios (MQ2E).

¹⁶ Outros métodos a exemplo do *Propensity Score Matching* (PSM) poderiam ser explorados, porém não trazem vantagens em relação ao MPL para este estudo. O PSM tem por finalidade tornar comparáveis os grupos de

$$\begin{aligned}
sup_{it} = & \beta_0 + \beta_1 bf_{it} + \beta_2 pret_{it} + \beta_3 pret_{it} * bf_{it} + \beta_4 ind_{it} + \beta_5 ama_{it} \\
& + \beta_6 sex_{it} + \beta_7 sex_{it} * bf_{it} + \beta_8 trab_{it} + \beta_9 urb_{it} \\
& + \beta_{10} npes_{it} + \beta_{11} int_{it} + \beta_{12} ens_fund_{it} + \beta_{13} ens_med_{it} \\
& + \beta_{14} ens_sup_{it} + \beta_{15} biparent_{it} + \beta_{16} biparent_{it} * bf_{it} \\
& + \alpha_t + \gamma_{it} + \delta_i + \varepsilon_i
\end{aligned} \tag{1}$$

em que, o subscrito i representa o i -ésimo jovem da amostra, entre 18 e 21 anos¹⁷ e o subscrito t representa o t -ésimo período da amostra, entre 2017 e 2019. O coeficiente de interesse é β_1 que fornece o efeito de se pertencer a uma família recebedora do PBF sobre a probabilidade de o jovem estar no curso superior, tudo o mais constante. Dados os ganhos monetários, e o capital humano dos jovens, provenientes do programa, espera-se que a variável apresente um sinal positivo, dado que estas melhorias permitem minimizar as discrepâncias entre os indivíduos menos favorecidos, quando comparado aos demais (SILVA; BRANDÃO; DALT, 2009; FGV, 2012). Os demais coeficientes das variáveis de controle incluídos na regressão são expressos pelos β ; α representa os efeitos fixos associados aos anos da PNADc; γ indica a coorte de ano de nascimento; δ sinaliza as unidades da federação; e o termo de erro aleatório, ε , indica todos os elementos aleatórios que afetam a variável dependente e não foram incluídos no modelo. As descrições das variáveis incluídas na regressão encontram-se expressas no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição das variáveis incorporadas ao modelo

Variável	Descrição
<i>sup</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo de 18 a 21 anos esteja cursando o ensino superior, e 0, caso contrário.
<i>bf</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo pertença a um domicílio participante do PBF e 0, caso contrário.
<i>pret</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo seja autodeclarado preto ou pardo e 0, caso contrário.
<i>ind</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo seja autodeclarado indígena e 0, caso contrário.
<i>ama</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo seja autodeclarado amarelo e 0, caso contrário.
<i>sex</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo seja mulher e 0, caso contrário.
<i>trab</i>	<i>Dummy</i> com valor 1, caso o indivíduo possua um trabalho ou estágio e 0, caso contrário.

controle e tratamento, porém dada a estratégia de identificação utilizada, comparando grupos com a mesma faixa etária, nível de renda e educação, o pareamento pelo PSM não se mostra vantajoso. Além disso, por meio do pareamento e a criação de um grupo de controle artificial, uma boa parcela da amostra seria perdida. Por fim, o PSM apresenta um problema semelhante ao MPL, o não atendimento da hipótese de seleção em observáveis.

¹⁷ É necessário reiterar que, o estudo apresenta uma limitação amostral em relação aos jovens ingressantes ao ensino superior. Segundo o INEP (2018), aproximadamente 34% dos matriculados em universidades federais são residentes de outros estados.

<i>ens_fund</i> ¹⁸	Dummy com valor 1, caso o chefe da família tenha frequentado o ensino fundamental e 0, caso contrário.
<i>ens_med</i>	Dummy com valor 1, caso o chefe da família tenha frequentado o ensino médio e 0, caso contrário.
<i>ens_sup</i>	Dummy com valor 1, caso o chefe da família tenha frequentado o ensino superior e 0, caso contrário.
<i>urb</i>	Dummy com valor 1, caso o indivíduo habite a zona urbana e 0, caso contrário.
<i>int</i>	Dummy com valor 1, caso o domicílio possua acesso à internet e 0, caso contrário.
<i>npes</i>	Número absoluto de pessoas que vivem no domicílio.
<i>biparent</i>	Dummy com valor 1, caso o domicílio seja biparental e 0, caso contrário.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na PNADc (2023).

Para lidar com a influência da etnia do indivíduo sobre o acesso ao ensino superior, foram utilizadas três dummies em relação aos jovens autodeclarados negros (pretos e pardos), indígenas e amarelos, sendo o grupo de referência os autodeclarados brancos. Espera-se que as variáveis relacionadas aos grupos étnicos apresentem sinais negativos, especialmente para os pretos, tendo em vista que os indivíduos autodeclarados brancos, de acordo com a literatura, historicamente apresentaram vantagens no ingresso ao ensino superior (MONT'ALVÃO NETO, 2014; SALATA, 2018).

A dummy referente ao sexo do indivíduo foi adotada para analisar se existem probabilidades distintas de ingresso ao ensino superior entre os dois sexos. Para esta variável, não há uma expectativa de sinal, visto que a literatura apresenta resultados mistos, a depender do local e a base de dados utilizada (OGAWA; IIMURA, 2010; MONT'ALVÃO NETO, 2014; SALATA, 2018).

A escolaridade do chefe do domicílio também foi incluída na regressão, em virtude da sua relevância na literatura. Como apresentado anteriormente, o ambiente ocupado pelo indivíduo afeta suas perspectivas futuras, então para estas variáveis a expectativa de coeficientes é positiva. Espera-se que quanto maior o grau de instrução do chefe do domicílio, maiores sejam as probabilidades de o jovem ingressar ao ensino superior. Pais mais instruídos tendem a estimular mais os filhos a se capacitarem e buscarem por melhores empregos e salários no futuro (BARROS *et al.*, 2001).

Em relação a zona habitacional do indivíduo, foi incorporada uma dummy para comparar a probabilidade de acesso ao ensino superior, dos indivíduos do meio urbano e rural. Para esta variável, espera-se um sinal positivo, ou seja, que os moradores da zona urbana

¹⁸ As variáveis *ens_fund*, *ens_med* e *ens_sup*, correspondem respectivamente a: Ensino fundamental incompleto ou equivalente, e ensino fundamental completo ou equivalente; ensino médio incompleto ou equivalente, e ensino médio completo ou equivalente; doutorado, mestrado, ensino superior e especialização de nível superior.

tenham maiores chances de ingresso. Pode-se explicar essa previsão, dado o maior nível de renda e atividade econômica do meio urbano, juntamente com a maior disponibilidade de instituições de ensino, e o contexto vivenciado pelo indivíduo, em que a modernidade constante exige com que estes ampliem suas capacidades e habilidades (OGAWA; IIMURA, 2010).

Juntamente às anteriores, deve-se considerar o impacto das condições domiciliares sobre as oportunidades futuras dos jovens. Então, foram incluídas as variáveis de acesso à internet e número de pessoas no domicílio. A primeira foi utilizada para mensurar o efeito das condições domiciliares e o impacto da disponibilidade do acesso à informação, para o acúmulo de conhecimento dos indivíduos, enquanto a segunda foi incorporada para medir a influência do convívio com outros moradores. Espera-se para a variável relacionada ao acesso à internet um sinal positivo, visto que o indivíduo pode utilizar do meio digital para adquirir novos conhecimentos, e também reforçar aqueles aprendidos na escola, o que conseqüentemente deve incrementar seu capital humano e pode lhe proporcionar melhores oportunidades futuras (GRINER *et al.*, 2013). Em contrapartida, espera-se para o regressor relacionado ao número de moradores da residência um coeficiente negativo, visto que em um lar muito ocupado o jovem tem menos privacidade, além de poder dispendir tempo cuidado dos outros membros (para ajudar os pais), e com famílias mais numerosas os gastos tendem a serem maiores, o que pode força-los a dividir o tempo entre estudos e trabalho (MONT'ALVÃO NETO, 2014).

Por fim, também foi incluída uma *dummy* para medir o efeito da organização familiar sobre o acesso ao ensino superior. Espera-se que em lares biparentais, os jovens possuam maiores chances de ingresso, tendo em vista que a presença de dois responsáveis no domicílio permite uma maior renda familiar, que por sua vez traz ganhos em qualidade de vida e reduz a necessidade de o jovem trabalhar, o que permite a dedicação exclusiva aos estudos (SALATA, 2018).

3.3. Fonte dos dados

Foram utilizados dados da PNADc entre os anos de 2017 e 2019. Os anos da amostra foram determinados pela disponibilidade das variáveis de interesse, principalmente a do PBF. Esta por sua vez, sofreu alterações decorrentes do planejamento do governo do período, que optou por alterar a forma de recebimento dos benefícios sociais tempos depois, por meio do Auxílio Brasil. Além disso, apesar de existirem dados referentes aos anos de 2020 a 2022, não foi utilizada uma amostra mais recente, para que não se captasse o efeito da pandemia do

COVID-19 na estimação, tendo em vista que o nível de rendimento familiar foi fortemente afetado pelas consequências da pandemia, como o desemprego.

A PNADc é uma base de dados elaborada pelo IBGE, de caráter anual desde 2012 e compreende informações acerca dos domicílios brasileiros e seus moradores. Em sua totalidade, os dados disponibilizados englobam características relacionadas ao trabalho, renda e escolaridade dos indivíduos do domicílio, organizando-os de acordo com a ocupação no lar (IBGE, 2019).

4. RESULTADOS

Esta seção está dividida em duas subseções, sendo a primeira referente à análise descritiva das variáveis utilizadas, e a segunda correspondente à apresentação e discussão dos resultados econométricos obtidos.

4.1. Caracterização da amostra: o perfil dos jovens brasileiros entre 2017 e 2019

A Tabela 1 expressa a dispersão da base de dados ao longo do período analisado, 2017 a 2019, entre os grupos de tratamento e de controle na amostra de elegíveis ao recebimento. Percebe-se que a amostra apresenta homogeneidade entre os anos analisados, com percentuais semelhantes de observações, para ambos os grupos. Em geral, em cada ano, os jovens participantes de domicílios recebedores do PBF perfazem quase 80% da amostra.

Tabela 1 - Percentual amostral dos grupos de tratamento e controle

Ano	2017	2018	2019	Total
Recebedores do PBF (%)	25,14%	26,33%	28,52%	79,99%
Não recebedores (%)	6,27%	6,56%	7,18%	20,01%
Total	31,42%	32,89%	35,69%	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nota: Número de observações: 2104.

Em relação às faixas de renda, é necessário destacar a distribuição de renda entre os grupos de pobres (renda domiciliar *per capita* líquida entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00) e extremamente pobres (renda domiciliar *per capita* líquida inferior a R\$ 89,00) na amostra. A Tabela 2 expõe o percentual de jovens em cada grupo de renda, e observa-se que no grupo de recebedores do PBF existe uma distribuição quase homogênea entre pobres e extremamente

pobres em todos os anos analisados. Em contrapartida, os não recebedores pertencem majoritariamente ao grupo dos pobres, com aproximadamente apenas um quarto dos indivíduos sendo extremamente pobres. Estes percentuais indicam inicialmente que, mesmo recebendo o PBF, os indivíduos do grupo de tratamento mostram-se mais pobres do que aqueles do grupo de controle, o que pode ser associado a outros fatores como escolaridade e trabalho, além da própria focalização bem sucedida do programa.

Tabela 2 - Percentual amostral dos grupos de tratamento e controle (entre pobres e extremamente pobres)

Ano	Pobres		Extremamente Pobres	
	Recebedores (%)	Não recebedores (%)	Recebedores (%)	Não recebedores (%)
2017	57,84%	81,82%	42,16%	18,18%
2018	57,04%	73,91%	42,96%	26,09%
2019	51,67%	72,85%	48,33%	27,15%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nota: Número de observações: 2104.

Na Tabela 3 apresentam-se os dados de médias de importantes variáveis para caracterização da amostra de jovens elegíveis, separados entre dois grupos: aqueles em que o lar participa do PBF e aqueles em que o domicílio não recebe.

Tabela 3 - Análise descritiva comparativa entre os grupos de tratamento e controle¹⁹

Ano	2017		2018		2019	
	Características Educacionais					
Variável	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)
Acesso ao ensino superior entre jovens	9,07%	18,18%	8,84%	22,46%	10,00%	13,25%
Ensino fundamental (chefe)	73,35%	53,03%	72,92%	57,25%	72,00%	59,60%
Ensino médio (chefe)	7,75%	21,97%	11,55%	28,99%	10,83%	29,14%
Ensino superior (chefe)	0,95%	6,06%	0,18%	5,80%	0,83%	2,65%
	Características Individuais					
Variável	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)
Sexo do jovem (Feminino)	50,66%	53,79%	53,97%	52,90%	53,17%	56,95%
Sexo do chefe do domicílio (Feminino)	38,19%	40,15%	42,42%	52,17%	49,33%	54,30%
Pretos e pardos	79,96%	73,48%	76,35%	78,26%	76,33%	74,83%
Amarelos	0,19%	0,76%	0,54%	0,00%	0,67%	0,00%
Indígenas	0,57%	0,00%	0,72%	0,00%	0,83%	0,00%
Trabalho	2,46%	0,00%	3,97%	4,35%	2,33%	3,31%
	Características do Domicílio					
Variável	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)	R (%)	NR (%)
Zona habitacional (Urbana)	34,59%	58,33%	33,94%	71,01%	31,83%	67,55%

¹⁹ R (%) indica o percentual de recebedores do PBF (grupo de tratamento) e NR (%) indica o percentual de não recebedores (grupo de controle).

Acesso à internet	44,05%	56,06%	50,90%	74,64%	58,83%	71,52%
Lar biparental	79,40%	75,00%	77,98%	68,12%	74,00%	62,25%
Número de moradores	5,07 (1,70)	4,49 (1,50)	5,07 (1,84)	4,21 (1,53)	4,87 (1,77)	4,42 (1,47)

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Notas: Número de observações: 2104; período: 2017 a 2019. Desvios padrões em parênteses.

Com base nos dados apresentados, é possível observar que os jovens de lares que recebem o PBF têm uma taxa mais baixa de ingresso ao ensino superior (9,07% em 2017, 8,84% em 2018 e 10% em 2019) em comparação com os demais jovens (18,18% em 2017, 22,46% em 2018 e 13,25% em 2019) da amostra de elegíveis. Da mesma forma, os chefes de domicílios beneficiários do PBF também apresentam uma taxa mais baixa de conclusão do ensino superior (0,95%, 0,18% e 0,83%) em comparação com os seus pares (6,06%, 5,8% e 2,65%), nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. No que se refere à educação básica, nos domicílios com PBF, nota-se que os chefes do lar concluíram o ensino médio em menor proporção (7,75% contra 21,97%, 11,55% contra 28,99% e 10,83% contra 29,14%).

A análise descritiva das características educacionais permite verificar que, por mais que o grupo de tratamento apresente um incremento da renda familiar, ainda se mostra em desvantagem em relação ao grupo de controle. Um dos motivos que pode causar essa disparidade é o agrupamento dos beneficiários do PBF majoritariamente no estrato dos extremamente pobres, enquanto os não recebedores em sua maioria compõem o grupo dos pobres. Por mais que na estratégia de identificação tenha sido adotado o critério de renda para a definição da amostra, a diferença na renda domiciliar pode explicar parcialmente o pior resultado dos recebedores do programa. Além disso, existem outros elementos não incorporados a amostra (devido a dificuldade de mensuração ou não disponibilidade de informações) que podem afetar o desempenho estudantil dos jovens e dos chefes de lares recebedores, como: pior estado nutricional e de saúde; maiores dificuldades no acesso ao ensino, causado por instabilidade residencial (mudança frequente de domicílio, que dificulta o estabelecimento dos jovens nas escolas), maior distanciamento das unidades de ensino, piores condições e qualidade escolar, *etc.*

Além da escolaridade, outro ponto de destaque diz respeito à etnia. Tanto para o grupo de tratamento, quanto para o grupo de controle, os indivíduos elegíveis majoritariamente se declararam como pretos ou pardos. Os percentuais expressos na Tabela 3 evidenciam a realidade brasileira, visto que a maior parte dos pobres no país é composta por pretos e pardos, sendo esses grupos historicamente desprivilegiados.

Complementando a análise dos grupos étnicos, verifica-se na Tabela 3 a inclusão dos autodeclarados indígenas como recebedores do PBF. Isso ocorre em virtude dos critérios de definição dos grupos prioritários para o recebimento do benefício. Além dos indígenas, compõe o grupo prioritário: famílias quilombolas, lares com catadores de material reciclável, domicílios com crianças em situação de trabalho infantil e residências com pessoas libertas de situação análoga a trabalho escravo (LIMA *et al.*, 2018).

Outro ponto de destaque, é a zona habitacional. Verifica-se que os recebedores do PBF vivem em maior parte no meio rural (65,41% em 2017, 66,06% em 2018 e 68,17% em 2019), e possuem menor acesso à internet em comparação com seus pares, 44,05% contra 56,06% em 2017, 50,9% contra 74,64% em 2018 e 58,83% contra 71,52% em 2019. Há indícios, assim, de que os recebedores do programa sejam pessoas com menores oportunidades de acesso à informação, o que conseqüentemente pode reduzir as possibilidades de aprendizado e de escolarização, além de indicarem piores condições domiciliares. Por fim, destaca-se o maior número de moradores no lar naqueles beneficiários do PBF, em todos os anos analisados. Um maior contingente populacional no domicílio pode indicar um menor nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, uma vez que famílias mais instruídas tendem a possuir um maior controle de natalidade. Além disso, em domicílios mais vulneráveis é mais comum a aglomeração familiar, ou seja, a presença de outros membros no lar além dos chefes do domicílio e os filhos, a exemplo de avós, irmãos, sobrinhos, *etc.*

Tabela 4 – Teste t para o acesso ao ensino superior entre recebedores e não recebedores

Grupo	Observações	Média	Erro padrão	Desvio padrão
Não recebedores	421	0,178	0,019	0,383
Recebedores	1.683	0,093	0,007	0,291
t			4,999	
p-valor			0,000	

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nota: Número de observações: 2104.

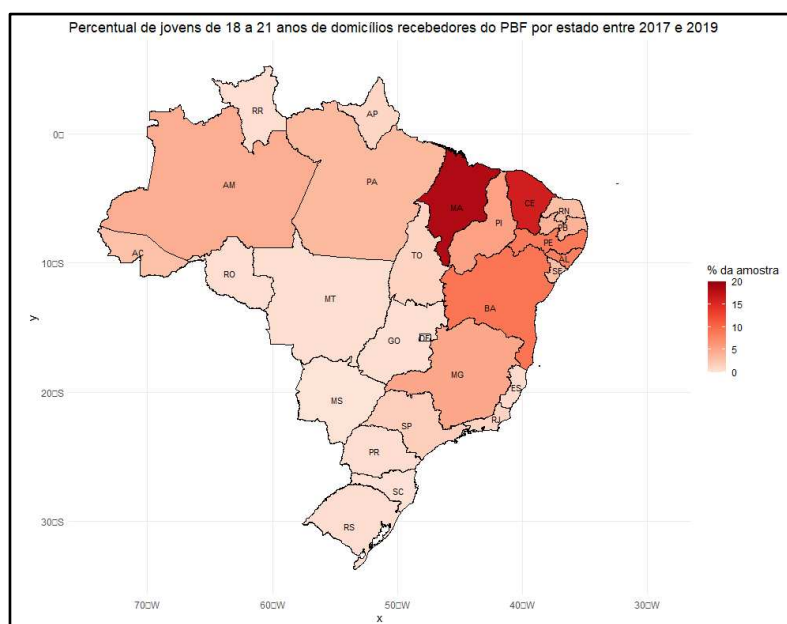
A Tabela 4 ilustra os resultados obtidos pelo teste t. Este permite comparar a média da variável de acesso ao ensino superior em relação aos grupos de recebedores e não recebedores do PBF. A hipótese nula do teste assegura que não existem diferenças entre as médias dos dois grupos, porém em virtude do p-valor nulo, rejeita-se a hipótese e verifica-se a existência de diferenças nas médias da variável de acesso ao ensino superior entre o grupo de tratamento e de controle. Este resultado corrobora com a Tabela 3 e os argumentos apresentados, o que indica a priori que existem diferenças nas oportunidades de ensino entre os

dois grupos analisados, ressaltando a desvantagem prévia dos recebedores do programa em acessarem o ensino superior.

A apresentação estatística da amostra permite estabelecer uma concordância com a literatura referente ao tema. Por meio dos dados, pode-se observar que em domicílios mais instruídos é mais comum o acesso dos jovens ao ensino superior. Além disso, verificou-se que as condições domiciliares, como o acesso a internet se relacionam positivamente com o sucesso acadêmico dos jovens. Por fim, famílias mais numerosas estão associadas a um menor acesso as oportunidades, por parte dos jovens.

De modo a ilustrar a distribuição do PBF no país, a Figura 1 apresenta o percentual de jovens de 18 a 21 anos pertencentes a domicílios beneficiários por estado (agregados entre 2017 e 2019), em relação ao total de recebedores do programa. Destaca-se a maior participação do PBF nos estados da região Norte e principalmente, na região Nordeste. Dentre eles, os estados com o maior percentual de beneficiários foram Maranhão (18,48%), Ceará (16,10%) e Bahia (9,15%). A figura apresenta uma boa representação da realidade brasileira, uma vez que as regiões que mais participam do programa são justamente aquelas com maiores indicadores de pobreza e extrema pobreza. Segundo o IBGE (2023), no ano de 2022, o estado do Maranhão era aquele com o maior percentual da população em extrema pobreza no país (15%), acompanhado da Bahia (11,9%) e Pernambuco (11,7%), demonstrando que o PBF tem atuado especialmente nas regiões menos favorecidas.

Figura 1 - Percentual dos jovens de 18 a 21 anos pertencentes a domicílios recebedores do PBF por estado entre 2017 e 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

4.2. Os efeitos associados ao Programa Bolsa Família

Na Tabela 4, estão os resultados das estimações baseadas na equação (1). A partir da especificação (1), apresentam-se três outras especificações para a analisar o comportamento das variáveis, conforme novos controles são incluídos. Na coluna (1), incorporam-se apenas a variável relacionada ao recebimento do PBF no domicílio e os efeitos fixos. Em (2), incluem-se características dos indivíduos. A especificação (3) engloba as características habitacionais, condições do domicílio, a escolaridade do chefe da família e a organização familiar. E por fim, a especificação (4) interage as variáveis de sexo, etnia e lares biparentais com a variável de recebimento do PBF no domicílio, como objetivos secundários.

Tabela 4 - Efeitos associados ao PBF sobre o acesso dos jovens ao ensino superior

Variáveis	Especificação (1)	Especificação (2)	Especificação (3)	Especificação (4)
Bolsa Família	-0,035 (0,024)	-0,034 (0,024)	0,003 (0,024)	-0,017 (0,071)
Mulher		0,065*** (0,017)	0,069** (0,018)	0,065* (0,038)
Amarela		-0,137*** (0,031)	-0,080** (0,035)	-0,078** (0,037)
Indígena		-0,159** (0,068)	-0,141** (0,067)	-0,141** (0,068)
Pretos e pardos		-0,053** (0,025)	-0,043* (0,026)	-0,036 (0,045)
Trabalho		-0,011 (0,052)	-0,022 (0,051)	-0,023 (0,051)
Urbano			0,040** (0,020)	0,041** (0,020)
Número de pessoas no domicílio			-0,013*** (0,005)	-0,013*** (0,005)
Acesso à internet			0,025 (0,017)	0,026 (0,017)
Ensino superior (chefe do domicílio)			0,151** (0,074)	0,149** (0,073)
Ensino médio (chefe do domicílio)			0,118*** (0,034)	0,118*** (0,035)
Ensino fundamental (chefe do domicílio)			0,028 (0,018)	0,028 (0,018)
Lar biparental			0,035 (0,024)	0,009 (0,052)
Mulher*Bolsa Família				0,004 (0,042)
Pretos e pardos**Bolsa Família				-0,009 (0,051)
Lar biparental*Bolsa Família				0,035

Família				(0,058)
Nº de observações	2104	2104	2104	2104
R ² Ajustado	0,056	0,073	0,101	0,101

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Notas: Foram incorporados efeitos fixos relacionados às coortes de ano de nascimento, anos da PNADc e de estados, junto dos pesos amostrais da PNADc. Os valores da tabela apresentam erros padrões robustos. *** significativo a 1% de significância, ** significativo a 5% de significância, * significativo a 10% de significância. O valor entre parênteses corresponde ao erro padrão.

A principal variável do estudo, o recebimento do PBF, não se mostrou significativa em nenhuma das especificações, e apresentou variações no sinal à medida que foram incluídos novos controles. Logo, verifica-se a priori que o PBF não explica o acesso ao ensino superior. Se há ausência de efeitos significativos, então, possivelmente o PBF de fato não se converte em aumentos nas chances de acesso ao ensino superior pelos jovens brasileiros. Ressalta-se que o total recebido pelo auxílio no lar pode ser insuficiente para promover uma alteração substantiva no custo de oportunidade de estudo dos jovens acima de 18 anos. O resultado não significativo pode ser respaldado por Santos *et al.* (2019), em que os autores concluíram que o PBF exerce efeito sobre as taxas de abandono e frequência escolar, mas não foram observados efeitos significativos sobre o desempenho. Dessa forma, o benefício de fato pode produzir efeitos a curto prazo, elevando a participação de crianças e adolescentes nas escolas, como apresentado por Oliveira e Soares (2013) e De Brauw *et al.* (2015), mas não tem sido capaz de modificar o acúmulo de capital humano dos jovens, o que pode não resultar em melhores oportunidades no longo prazo.

Além disso, as condicionalidades impostas referem-se à frequência escolar de crianças e adolescentes. Uma vez que o atual recebimento do programa não necessariamente significa o recebimento passado, os jovens da amostra não necessariamente foram beneficiados quando eram adolescentes. Esse fato também pode explicar a ausência de efeito significativo.

A interpretação do resultado para as variáveis de controle pode ser realizada a partir da especificação (3). Verifica-se que as mulheres possuem em média 6,9 p.p. a mais de chances de ingressarem ao ensino superior, comparadas aos homens. O resultado é coerente com Mont'Alvão Neto (2014) e Salata (2018).

Para os grupos étnicos, os jovens autodeclarados amarelos e indígenas têm em média 8,00 p.p. e 14,1 p.p., respectivamente, de chances a menos de ingressarem no ensino superior, em comparação aos autodeclarados brancos. O regressor de autodeclarados pretos e pardos, por sua vez, indica que este grupo possui 4,3 p.p a menos de chances de acessarem o ensino superior. Os resultados estão de acordo com o esperado e concordam com trabalhos precursores na literatura brasileira, evidenciando a vantagem histórica dos brancos em relação

aos demais grupos étnicos (MONT'ALVÃO NETO, 2014; SALATA, 2018). Estes resultados mostram que ainda existem barreiras a serem superadas pelos grupos mais vulneráveis e reforçam a necessidade das políticas afirmativas de cotas. São necessários estímulos por parte das entidades governamentais para que haja uma maior equidade no acesso ao ensino, como melhorias na educação prévia ao ensino superior e, incentivos que garantam a permanência destes grupos nas escolas, como uma maior disponibilidade de recursos provenientes dos programas de transferência de renda.

No que tange as variáveis relacionadas as condições do domicílio e as características dos membros, tem-se que para cada indivíduo adicional no lar, as chances de estar no ensino superior se reduzem em 1,3 p.p. Resultados semelhantes foram apresentados por Mont'alvão Neto (2014) e Salata (2018). Em relação a zona habitacional, jovens que vivem no meio urbano têm em média 4 p.p. a mais de chances de ingresso ao ensino superior, concordando com Ogawa e Imura (2010).

A escolaridade do chefe do domicílio foi significativa para aqueles em que o responsável frequentou o ensino médio e o ensino superior, sendo as chances de ingresso do filho ao ensino superior 11,8 p.p. e 15,1 p.p., respectivamente, maiores em comparação com os filhos de responsáveis sem instrução. O resultado é similar àqueles obtidos por Jiménez e Salas-Velasco (2000). Assim, há evidências de que pais mais instruídos dão maior importância à educação e incentivam os filhos a se capacitarem, para que no futuro alcancem melhores empregos e salários. Segundo Bourdieu (1986), o ambiente em que vive o indivíduo tem grande impacto sobre suas perspectivas futuras, então a escolaridade dos pais possivelmente afeta as escolhas dos filhos.

Em relação as interações da variável de recebimento do PBF no lar e os regressores de sexo (feminino), etnia (pretos e pardos) e lares biparentais, nenhuma mostrou-se significativa para explicar o acesso ao ensino superior (especificação (4)). Observa-se que, o PBF pode ser capaz de melhorar os indicadores de curto prazo como a frequência escolar, mas não necessariamente é capaz de trazer ganhos no longo prazo, como o acesso ao ensino superior. Além disso, o ganho financeiro pode ser insuficiente, ao ponto de que não é capaz de provocar mudanças na vida das mulheres, pretos e pardos, e de jovens de lares biparentais, de modo a elevar suas chances de ingresso comparados aos seus respectivos pares, homens, autodeclarados brancos e jovens de lares monoparentais. Como apresentado em estudos prévios nacionais, e nos resultados analíticos, as mulheres no Brasil possuem maior acesso ao ensino superior, então também poderia se verificar o impacto do PBF sobre o ingresso de homens ao ensino superior.

De maneira a trazer mais robustez ao modelo econométrico proposto, estão apresentadas no Apêndice as Tabelas A1 e A2, que mostram os resultados das regressões separadas para os grupos de pobres e extremamente pobres, respectivamente. Este teste de robustez permite ganhos as estimações, pois ao separar os indivíduos em relação ao estrato de renda, tem-se grupos de controle e tratamento mais similares entre si. Em ambos os casos, os resultados quanto ao efeito do PBF não se alteram: o programa continua não apresentando efeitos significativos quanto à chance de ingresso dos jovens pobres e extremamente pobres ao ensino superior à medida que novos controles eram incorporados. Os resultados para os pobres são semelhantes aos apresentados anteriormente, em que mulheres possuem 8,3 p.p. a mais de chances de ingressarem ao ensino superior, assim como os filhos de chefes do lar que frequentaram o ensino médio e o fundamental possuem 11,6 p.p. e 4,1 p.p. de probabilidade a mais de chegarem ao ensino superior, respectivamente. Verificou-se também que, para cada indivíduo adicional no lar, as chances de acesso se reduzem em 1,5 p.p. E por fim, para os autodeclarados amarelos e indígenas, as chances de acesso eram 6,8 p.p. e 13,2 p.p. inferiores, respectivamente.

Para os extremamente pobres, os resultados também corroboram aqueles já apresentados. Concluiu-se que amarelos e, pretos e pardos possuem 18,9 p.p. e 7,8 p.p. a menos de chances, comparados aos brancos de ingressarem ao ensino superior. Indivíduos de domicílios em que o chefe da família concluiu o ensino médio, possuem 14,7 p.p. a mais de chances de acessarem o ensino superior. O que chama a atenção nessa regressão, é que a variável de trabalho foi significativa e mostra que aqueles que trabalham tem 13,5 p.p. de chances a menos de atingirem o ensino superior. Isso mostra que, o grupo de extremamente pobres enfrenta maiores dificuldades, visto que os jovens desse nível de renda possuem uma maior necessidade de procurar emprego para auxiliar no rendimento doméstico. Por fim, também se verificou o efeito positivo de habitar a zona urbana, sendo as probabilidades de ingresso 5,8 p.p. maiores e observou-se uma menor chance de acesso pelas mulheres, com a probabilidade 5,2 p.p. inferior.

Portanto, as regressões para os grupos de pobres e extremamente pobres trazem robustez para a regressão principal, uma vez que foram observados resultados semelhantes para os controles, além de que à medida que foram incorporadas novas variáveis, o regressor do recebimento do PBF no domicílio não se mostrou significativo. Estes resultados servem para confirmar a possível ausência de efeitos do programa no longo prazo.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo se propôs a analisar os efeitos associados ao PBF sobre o acesso ao ensino superior de jovens. Para tanto, foram utilizados dados de indivíduos entre 18 e 21 anos, classificados como filhos no domicílio, no período de 2017 a 2019, extraídos da PNADc.

O principal objetivo deste estudo foi examinar como o incremento adicional de renda fornecido pelo benefício e as condicionalidades exigidas para a permanência do seu recebimento afetariam as probabilidades de os jovens ingressarem ao ensino superior. Os resultados econométricos, no entanto, não corroboraram a hipótese deste estudo. Não parece haver evidências de que o programa afete de forma significativa as chances de acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 21 anos que pertencem a domicílios recebedores. Esse fato pode indicar a não conversão do programa em oportunidades de ingresso para os jovens. Dentre as explicações, pode-se avaliar que o total recebido pelo auxílio seja insuficiente para alterar o custo de oportunidade de estudar, por parte dos jovens. Isso sugere que são necessárias mudanças na forma de recebimento das políticas de transferência de renda, como o incremento do montante recebido pelos domicílios e a criação de políticas específicas voltadas para garantir a permanência dos jovens nas escolas, e que estimulem a continuidade dos estudos.

Junto a isso, como verificado na literatura disponível, as condicionalidades do programa geralmente produzem efeito no curto prazo, sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes, mas não sobre o acúmulo de capital humano, o que no futuro não se converte em maiores oportunidades. Por fim, deve-se salientar a limitação estabelecida pelos dados, pois receber o benefício no ano da pesquisa não garante que o indivíduo recebeu em anos passados. Além disso, o estudo possui uma limitação amostral, uma vez que não são incluídos na amostra aqueles jovens de 18 a 21 anos que deixaram o domicílio e ingressaram no ensino superior em outra localidade. Como não foram encontrados outros trabalhos na literatura que analisassem os efeitos do PBF sobre o ingresso ao ensino superior, este estudo apresenta contribuições sobre os efeitos do programa no longo prazo, que para esta amostra utilizada não se mostraram significativas. Este resulta levanta questionamentos sobre as condicionalidades do programa, pois as mesmas podem trazer ganhos no curto prazo com a elevação da frequência escolar e a redução da evasão, mas não necessariamente são convertidas em ganhos de capital humano. Portanto, poderiam ser pensadas novas condicionalidades como o estabelecimento de métricas de desempenho para crianças e adolescentes, de modo a garantir o recebimento do auxílio sujeito a melhores resultados e não apenas pela frequência escolar.

Em relação aos controles incorporados, concluiu-se que ser mulher e habitar a zona urbana aumentam as chances de ingresso dos jovens ao ensino superior. Do mesmo modo, observou-se que a escolaridade do chefe do domicílio influencia nas oportunidades futuras positivamente. Por outro lado, verificou-se que ser preto e pardo, amarelo e indígena reduzem as chances de ingresso ao ensino superior. Junto a isso, também se verificou um efeito negativo sobre o ensino em lares mais numerosos.

Em anos futuros, este estudo pode ser replicado para avaliar o impacto das políticas de transferências de renda sobre o ingresso a ensino superior, e destaca-se em especial Programa “Pé de Meia”, instituído em 2024. Semelhante as condicionalidades do PBF, o Pé de Meia visa garantir a permanência dos jovens nas escolas, por meio de um incentivo financeiro. Ao longo da vida estudantil, o jovem acumulará determinado montante em uma poupança e após a conclusão do ensino médio terá acesso a este valor. Em comparação ao atual valor recebido pelos beneficiários do PBF, o ganho financeiro do Pé de Meia é consideravelmente maior, portanto, o maior incentivo financeiro pode produzir grandes variações no custo de oportunidade de estudar, de tal modo que a permanência na escola seja uma escolha racional melhor para os jovens. Além disso, o montante fornecido pode aumentar o interesse e as oportunidades de os jovens ingressarem ao ensino superior, uma vez que os jovens mais vulneráveis terão à disposição maiores recursos para permanecerem nas instituições de ensino.

Mediante aos resultados apresentados, é de suma importância a iniciativa do poder público para promover a equidade no acesso ao ensino superior, visto que os grupos mais vulneráveis apresentaram menores oportunidades de ingresso. A educação é uma ferramenta necessária para combater as desigualdades sociais e quebrar o ciclo geracional da pobreza, então devem ser intensificadas as políticas públicas que garantam as condições necessárias para que haja equidade no acesso as oportunidades, para a ascensão social do indivíduo e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico do país.

Este estudo apresenta algumas limitações em relação a disponibilidade de dados, visto que não é possível acompanhar o mesmo indivíduo durante alguns anos, sendo necessário realizar suposições quanto ao recebimento do benefício. Além disso, outros elementos não observados como as habilidades e conhecimentos devem afetar as suas probabilidades de ingresso ao ensino superior, mas devido à escassez de dados e informações não puderam ser incluídas na estimação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; AMARAL, A.; DIAS, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 17, p. 899-920, 2012.
- ANDRADE, C. Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 6, p. 18-27, 2012.
- ANGRIST, J.; W. EVANS. Children and their Parents' Labor Supply: Evidence from Exogenous Variation in Family Size. **American Economic Review** 88(3), pp.450-77, 1998.
- ARRAIS, T. A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 200-226, 2016.
- ARRIGONI, F. J.; PIRES, M. A.; OLIVEIRA, F. B. D.; MANTOVANI, D. M. N.; SANT'ANNA, A. D. S. Acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas no Brasil: Em busca de equidade social. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, 2022.
- BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. S. P. D.; SANTOS, D. D. D.; QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa Planejamento Econômico**, v. 31, n.1, abr. 2001.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis. **Journal of political economy**, v. 70, n. 5, Part 2, p. 9-49, 1962.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **The sociology of economic life**. Routledge, 2018. p. 78-92.
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Medida provisória nº 1164, de 31 de março de 2023. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2023.
- BREEN, R.; LUIJKX, R.; MÜLLER, W.; POLLAK, R. Non persistent inequality in educational attainment: evidence from eight European countries. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 114, p. 1475-1521, 2009.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, p. 269-301, 2010.
- CAPELATO, R. **Mapa do ensino superior no Brasil**. São Paulo: SEMESP, 2020.
- CARVALHAES, F.; S SENKEVICS, A.; COSTA RIBEIRO, C. A interseção entre renda, raça e desempenho acadêmico no acesso ao ensino superior brasileiro (The Intersection of Family

Income, Race, and Academic Performance in Access to Higher Education in Brazil). **Available at SSRN 4066477**, 2022.

CARVALHO, M.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, v. 19, p. 369-396, 2015.

DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The impact of Bolsa Família on schooling. **World Development**, v. 70, p. 303-316, 2015.

ERIKSON, R.; JONSSON, J. O. Explaining class inequality in education: The Swedish test case. **Can education be equalized?** p. 1-63, 1996.

FAHEL, M. C. X.; FRANÇA, B. C.; MORAES, T. O efeito da condicionalidade educação do Bolsa Família em Minas Gerais: uma avaliação por meio da PAD/MG. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 2, p. 4-25, 2020.

FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista internacional de educação superior**, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

FRANCISCO, D. J., FERREIRA, A. R., CAVALCANTE, V. C.; RAMOS, C. E. ESTUDANTES ORIUNDOS DE FAMÍLIAS ASSISTIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. **Revista Plurais-Virtual** (e-ISSN 2238-3751-ISSN 1984-3941), v. 11, n. 1, p. 85-109, 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. **Indicadores de pobreza**. In: Indicadores sociais. 2012.

GRINER, A.; GOMES, A. C. C.; SAMPAIO, L. M. B.; DE SOUZA, S. K. C. Políticas de cotas: desempenho acadêmico e determinantes de acesso à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2010.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. IMDS. **Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: Uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF**, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Boletins de Estudos Educacionais do Inep**, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Censo da educação superior**, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Censo da educação superior**, 2021.

JIMÉNEZ, J. D. D.; SALAS-VELASCO, M. Modeling educational choices. A binomial logit model applied to the demand for higher education. **Higher Education**, v. 40, p. 293-311, 2000.

JULIÃO, N. A.; CHEIN, F. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família sobre a educação dos jovens. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 75-107, 2015.

LARA IBARRA, G.; CAMPANTE VALE, R. **Brazil 2021 Data Update: Methodological Adjustments to the World Bank's Poverty and Inequality Estimates**. 2023.

LIMA, A. B.; PAES, A.; SAMBIASE, A. G. F.; HULLEN, A. C. N.; RIBEIRO, B. A. S.; BORGES, C. M. Manual do pesquisador-Programa Bolsa Família [Internet]. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social**, 2018.

MELLO NETO, R. D. D. M.; MEDEIROS, H. A. V.; DA SILVA PAIVA, F.; SIMÕES, J. L. O impacto do Enem nas políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior Brasileiro. **Comunicações**, v. 21, n. 3, p. 109-123, 2014.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 417-441, 2014.

OGAWA, K.; IIMURA, K. Determinants of access and equity in tertiary education: The case of Indonesia. **Excellence in Higher Education**, v. 1, n. 1&2, p. 3-22, 2010.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**, 2013.

PRATES, A.A.P. **Os sistemas de ensino superior na sociedade contemporânea: diversificação, democratização e gestão organizacional** – o caso brasileiro. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

REIS, J. T.; BARBOSA, M. A. P.; JÚNIOR, P. J. G. Perspectivas de acesso ao ensino superior dos alunos do ensino médio bolsistas do programa bolsa família. **Revista Parajás**, v. 1, n. 1, p. 122-136, 2018.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, p. 219-253, 2018.

SANTOS, M. C. S.; DELATORRE, L. R.; CECCATO, M. D. G. B.; BONOLO, P. D. F. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2233-2247, 2019.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, S. Equity, quality and relevance in higher education in Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 76, p. 173-188, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. P.; BRANDÃO, A.; DALT, S. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, p. 301-318, 2009.

SNYDER, T. D.; DILLOW, S. A. **Digest of Education Statistics 2010** (NCES 2011-015). National Center for Education Statistics, Institute of Education Sciences, U.S. Department of Education. Washington, DC, 2011.

TRAVITZKI, R. Possíveis contribuições do Enem para a democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Em Aberto**, v. 34, n. 112, 2021.

USHER, D. Education as a Deterrent to Crime. **Canadian Journal of Economics**, p. 367-384, 1997.

APÊNDICE A – Testes de robustez

Tabela A1 - Efeitos associados ao PBF sobre a oportunidade de acesso dos jovens pobres ao ensino superior

Variáveis	Especificação (1)	Especificação (2)	Especificação (3)	Especificação (4)
Bolsa Família	-0,066** (0,026)	-0,064** (0,026)	-0,035 (0,026)	-0,078 (0,073)
Mulher		0,080*** (0,021)	0,083*** (0,021)	0,097** (0,041)
Amarela		-0,121*** (0,031)	-0,068* (0,041)	-0,069* (0,040)
Indígena		-0,149** (0,065)	-0,132* (0,070)	-0,120 (0,073)
Pretos e pardos		-0,027 (0,028)	-0,015 (0,028)	-0,021 (0,049)
Trabalho		0,012 (0,067)	0,005 (0,065)	0,004 (0,065)
Urbano			0,017 (0,027)	0,019 (0,027)
Número de pessoas no domicílio			-0,015*** (0,005)	-0,014*** (0,005)
Acesso à internet			0,030 (0,023)	0,033 (0,023)
Ensino superior (chefe do domicílio)			0,154 (0,095)	0,149 (0,093)
Ensino médio (chefe do domicílio)			0,116*** (0,038)	0,120*** (0,039)
Ensino fundamental (chefe do domicílio)			0,041* (0,025)	0,045* (0,025)
Lar biparental			0,053* (0,028)	0,008 (0,061)
Mulher*Bolsa Família				-0,021 (0,047)
Pretos e pardos**Bolsa Família				0,011 (0,056)
Lar biparental*Bolsa Família				0,067 (0,067)
Nº de observações	1252	1252	1252	1252
R ² Ajustado	0,049	0,068	0,092	0,094

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Notas: Foram incorporados efeitos fixos relacionados às coortes de ano de nascimento, anos da PNADc e de estados, junto dos pesos amostrais da PNADc. Os valores da tabela apresentam erros padrões robustos. *** significativo a 1% de significância, ** significativo a 5% de significância, * significativo a 10% de significância. O valor entre parênteses corresponde ao erro padrão.

Tabela A2 - Efeitos associados ao PBF sobre a oportunidade de acesso dos jovens extremamente pobres ao ensino superior

Variáveis	Especificação (1)	Especificação (2)	Especificação (3)	Especificação (4)
Bolsa Família	-0,004 (0,047)	-0,006 (0,046)	0,043 (0,050)	-0,104 (0,136)
Mulher		0,050* (0,029)	0,052* (0,028)	0,013 (0,089)
Amarela		-0,258*** (0,060)	-0,189*** (0,061)	-0,191*** (0,061)
Indígena		-0,188* (0,113)	-0,147 (0,104)	-0,139 (0,099)
Pretos e pardos		-0,085** (0,040)	-0,078* (0,042)	-0,104 (0,103)
Trabalho		-0,111** (0,044)	-0,135** (0,058)	-0,146** (0,060)
Urbano			0,058* (0,030)	0,058* (0,031)
Número de pessoas no domicílio			-0,008 (0,008)	-0,008 (0,008)
Acesso à internet			0,015 (0,026)	0,017 (0,027)
Ensino superior (chefe do domicílio)			0,145 (0,129)	0,151 (0,129)
Ensino médio (chefe do domicílio)			0,147** (0,068)	0,147** (0,068)
Ensino fundamental (chefe do domicílio)			0,006 (0,024)	0,007 (0,024)
Lar biparental			0,022 (0,037)	-0,097 (0,083)
Mulher*Bolsa Família				0,042 (0,088)
Pretos e pardos**Bolsa Família				0,030 (0,111)
Lar biparental*Bolsa Família				0,136 (0,089)
Nº de observações	852	852	852	852
R ² Ajustado	0,163	0,182	0,219	0,222

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Notas: Foram incorporados efeitos fixos relacionados às coortes de ano de nascimento, anos da PNADc e de estados, junto dos pesos amostrais da PNADc. Os valores da tabela apresentam erros padrões robustos. *** significativo a 1% de significância, ** significativo a 5% de significância, * significativo a 10% de significância. O valor entre parênteses corresponde ao erro padrão.